


Dossiê

“Sem porteira”: nada mais sul-sul que o sul da América

Regina Zilberman^{1,2} 

Silvio Renato Jorge
Editor-chefe dos
Estudos de Literatura

José Luís Jobim
Wail S. Hassan
Editores convidados

Disponibilidade de dados:
Todo o conjunto de
dados que dá suporte aos
resultados deste estudo foi
publicado no próprio artigo

Resumo:

Aldyr Garcia Schlee, em artigo de 1989, expôs a tese de que se pode entender a produção ficcional originária do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul enquanto uma unidade, propondo nomeá-la “literatura gaúcha”. Essa matéria literária resultaria das trocas, intencionais ou não, entre autores atuantes nessas regiões, ultrapassando os limites das territorialidades nacionais e linguísticas. O exame de narrativas de Aldyr Garcia Schlee, extraídas de Contos de sempre, e de João Simões Lopes Neto, pertencentes a Contos gauchescos, valida a proposta, apresentando-se como alternativa ao Regionalismo nacionalista, tal como descrito pela História da Literatura brasileira desde o começo do século XX. O paralelo estabelecido com a concepção de Antonio Candido, afirmada em “Literatura e subdesenvolvimento”, faculta a compreensão de um comparatismo Sul-Sul introjetado pelas próprias obras literárias do presente e do passado.

Palavras-chave: Regionalismo; Aldyr Garcia Schlee; Antonio Candido.

Recebido em: 28/02/2025
Aceito em: 01/05/2025

¹Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: reginazilberman@gmail.com

Como citar:

ZILBERMAN, Regina. “Sem porteira”: nada mais sul-sul que o sul da América. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 67, e68536, maio.-ago. 2025.
Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i66.68536.pt>

Mundo velho sem porteira!
Erico Verissimo (1974, p. 339)

Uma terra só

Don Sejanos nasceu no Cerro Largo, região uruguaia fronteira do Rio Grande do Sul. Quando faleceu, “tinha como cem anos” (Schlee, 1983a, p. 41), esclarece o narrador do conto. Desde o começo da narrativa e da vida da personagem, e apesar do local de nascimento, define-se como apátrida: “Embora nascido no Cerro Largo e batizado no rancho alugado para capela pelo paraguaio Fernández e mesmo tendo aprendido a escrever em português com o curitibano Ferreira, ele não era nada”. A declaração subsequente reitera o fato: Don Sejanos “não era nada. Nem castelhano. Mas muito menos português. Porque brasileiro ele também não era” (Schlee, 1983a, p. 41).

O protagonista de “Don Sejanos” é efetivamente um pouco de tudo: o pai talvez tivesse procedência portuguesa, mas, vindo dos “campos neutrais” e vivendo de “vender coisas aos soldados” (Schlee, 1983a, p. 42), podia pertencer a qualquer etnia e nacionalidade. A mãe descendia dos minuanos, indígenas que, à época da guerra guaranítica, no século XVIII, foram dizimados pelas tropas de José de Andonegui (1685-1761). Assim,

Sejanos sabia que era um pouco índio e espanhol e português, mas que era mais oriental e brasileiro, se tivesse que ser algo além de ser gaúcho como queria e gostava de ser e se acostumou a ser desde que se conheceu por gente montado a cavalo nas lides campeiras e nas estrepolias da campanha. (Schlee, 1983a, p. 42).

Sejanos é também testemunha da história das guerras de fronteira. Foi contemporâneo dos principais líderes da construção da nação uruguaia, como os militares José Artigas (1764-1850), Frutuoso Rivera (1784/1789-1854), Dionísio Coronel (1807-1867) e Venâncio Flores (1808-1868), bem como os dublês de juristas e presidentes Carlos Anaya (1777-1862), Estanislao Vega (1804-1856), Carlos Gerónimo Villademoros (1806-1853), acompanhando sobretudo os acontecimentos que cobriram a primeira metade do século XIX.

Privou especialmente com Frutuoso Rivera, à época em que o ex-presidente se exilara em Jaguarão, a quem, com desassombro, recrimina a “matança [...] dos charruas” (Schlee, 1983a, p. 43). Diante da argumentação do interlocutor, o protagonista, “pobre como os mais pobres, limpo como os mais limpos, puro como os mais puros. Brabo como os mais brabos!” (Schlee, 1983a, p. 43), replicou: “Não sei, mas isto aqui é uma terra só [...]. – Sempre foi uma terra só, desde os tempos das correrias de gado, quando não tinha dono, até agora, quando é só deles, dos donos, alambrada dos dois lados do rio.” (Schlee, 1983a, p. 43-44).

A Sejanos, o narrador opõe Rivera, que deu sequência aos movimentos autonomistas liderados por José Artigas. Rivera transitara

entre o Uruguai e o Brasil, tomando parte na revolução farroupilha ao lado de Bento Gonçalves (1788-1847). Mas, como percebe Sejanos, “Rivera não era bem um homem como ele, sem pátria” (Schlee, 1983a, p. 44). Ele “escolhera o Uruguai e o fizera seu”. A reflexão da personagem sumaria sua visão da história da região:

[Rivera] não se entregara ao Uruguai como faria don Sejanos, se fosse uruguaio ou quisesse ser. Rivera inventara o Uruguai para si. Don Sejanos sabia que o pobre Artigas morreria sem pátria, também, porque o sonho de Artigas não era o Uruguai dos 33. Don Sejanos sabia que haviam aramado todo o Uruguai. (Schlee, 1983a, p. 44).

Testemunha da história da conquista nacional, com a qual não se identifica, Sejanos acompanha a transformação do espaço geográfico onde vive em propriedade de poucos, com o que não se conforma:

Nunca se conformara, como tantos gaúchos de lei, com os pastos repartidos e com o gado confinado. E não tinha mais paciência para aguentar as fardas e os galões dos que vinham só para garantir os donos dos gados e das terras. Dos donos dos campos dos dois lados. (Schlee, 1983a, p. 47).

Por isso, até o final de sua história, quando “tinha como cem anos”, ele “não era brasileiro; nem uruguaio. Não era nada.” (Schlee, 1983a, p. 48).

Em “Don Sejanos”, Aldyr Garcia Schlee expressa ficcionalmente o que seria a raiz de uma tradição sulina calcada nas relações Brasil-Uruguai, unida por uma experiência histórica comum. Essa experiência inclui o que corresponde ao hoje chamado Cone Sul, já que a Argentina e o Paraguai pertencem a esse universo, considerando os povos guaranis que habitavam originalmente o território e o processo predatório de ocupação – as sucessivas guerras de eliminação dos grupos minuano e charrua, mencionados no conto, a destruição das Missões jesuítas instaladas no que são atualmente Rio Grande do Sul (Região Missioneira), Argentina (Misiones) e Paraguai (Misiones). E engloba ainda os modos como se deram as guerras de emancipação, cujos protagonistas circulavam naquele espaço comum e cuja identidade nacional resultava de escolhas pessoais e interesses particulares.

O protagonista não podia ter uma pátria, porque, segundo ele, a terra era uma só, sem divisórias, logo, sem nacionalidade. As repartições da propriedade impõem identidades, e essas reiteram a separação. Ao rejeitá-las, Sejanos pratica, a seu modo, um comparatismo Sul-Sul, sem fronteiras.

A recusa em aceitar cercas divisórias aparece na narrativa “Correr eguada”, pertencente ao *Contos gauchescos*, de João Simões Lopes Neto (1865-1916).

O narrador é o vaqueano Blau Nunes, “guasca sadio” (Lopes Neto, 1949a, p. 124) segundo o apresentador das histórias, que, ao longo de seus 88 anos, atravessou o Rio Grande do Sul por todos os seus quadrantes e

guardou na prodigiosa memória as histórias que reconta a quem deseja ouvi-las.

“Correr eguada” é uma delas, e caracteriza-se pela saudade com que relembra os tempos em que “tudo era aberto”: “as estâncias pegavam umas nas outras sem cerca nem tapumes”, de modo que “desse jeito ninguém sabia bem o que era seu, de animalada” (Lopes Neto, 1949b, p. 163). O campeiro recorda particularmente um episódio, para os lados de Quaraí, cidade do Rio Grande do Sul que faz fronteira com Artigas, no Uruguai, quando, “logo depois da guerra do Oribe” (Lopes Neto, 1949b, p. 164), saiu em expedição para capturar e apropriar-se de cavalos sem dono, “haraganos” (Lopes Neto, 1949b, p. 164), que comprometiam a criação de gado.

A celebração de um passado comum, quando a propriedade era indivisa e cada um conquistava sua tropilha, divertindo-se enquanto levava adiante a tarefa, é o que suscita a melancolia de Blau Nunes: aqueles tempos ficaram apenas na memória do vaqueano nostálgico, porque “hoje... onde é que se faz disso?” (Lopes Neto, 1949b, p. 167).

“Como uma parábola”, dos *Contos de sempre*, de Aldyr Schlee, também alude a essa época da história local, como anuncia a abertura da narrativa: “Isso foi em outros tempos, quando as terras não eram bem separadas e, sendo o pampa um só, na sua imensa planura, perdia-se nele a vista e perdiam-se as tropas e os homens sem fronteira” (Schlee, 1983b, p. 51).

Esclarece o narrador: “foi muita antes que comesçassem a correr os alambrados”, “antes da Guerra Grande” e “antes da nossa Revolução”. Ele ainda complementa: “antes mesmo do Uruguai e do Brasil”. “Não se sabe ao certo, por isso, se aconteceu do lado de cá ou de lá” – e sim que ocorreu nesta zona intermediária – “na altura do passo do Centurião, no rio Jaguarão” (Schlee, 1983b, p. 51).

As protagonistas da narrativa são as irmãs Samara e Jerusa, conhecidas por Ojola e Ojoliba. Nascidas naquela região de fronteira – entrelugar geográfico cuja identidade nacional não se esclarece – elas “serviam de um lado como de outro do rio, com boa casa de pedra erigida na rinconada distante de tudo” (Schlee, 1983b, p. 51).

Na mocidade, deslocam-se para Montevideú, onde levam uma vida de luxo, mantendo-se como cortesãs sustentadas por diplomatas e políticos poderosos, a maioria formada por europeus e norte-americanos. O narrador observa que, na capital, elas experimentam “dez anos de brilhante e alegre vida mundana”. Em sua casa, “não faltaram nunca muitas luzes nem as melhores essências nem os mais disputados manjares porque elas sempre tinham quem as amparasse e as isolasse da desgraça que as cercava.” (Schlee, 1983b, p. 56). Arremata ele: “Sua casa era uma fortaleza inexpugnável jamais atingida”. [...] Lá dentro só havia lugar para o prazer requintado envolto em discreto segredo.” (Schlee, 1983b, p. 56).

Contudo, as guerras chegam até elas, com José Artigas lutando pela soberania uruguaia diante do império português. Decidem retornar à sua casa, protegidas pelas tropas de Fernando Otorgués (1877-1831), general do exército artiguista; mas, deixadas à própria sorte, com a partida dos militares, contemplan a precariedade de sua situação:

Deparam com abandono e desolação e só perceberam a que estavam condenadas quando os soldados se retiraram e as deixaram para trás com seus trastes apodrecidos, seus baús e barricas cheios de lembranças e seus escravos e agregados infelizes. (Schlee, 1983b, p. 59).

A decadência se acelera, pois elas “feneceram rapidamente naquela abrupta e insuperável solidão” (Schlee, 1983b, p. 59). Nos 10 anos seguintes, perdem o vigor físico, os recursos econômicos, a autoridade sobre os subalternos. Celebram a chegada das tropas de Carlos Federico Lecor (1764-1836), militar português e comandante do exército que retoma a província cisplatina para a Coroa lusitana. Mas não preveem o comportamento dos soldados que, ocupando a residência das duas mulheres, dilapidam a propriedade, processo de destruição que culmina com a violência com que as estupram e a maldade com que as degolam.

Aldyr Schlee denomina ‘Como uma parábola’ ao conto em que narra a história das irmãs Ojola e Ojoliba. Coerente com o gênero de discurso escolhido, o texto tem um segundo sentido – um ensinamento – para além do relato dos acontecimentos da vida das duas mulheres. Elas parecem representar o sentido da terra que, originalmente indivisa, experimentou um apogeu que se converte em ruínas por força das lutas nacionalistas e fratricidas, e por consequência da política punitiva do poder militar. Ganância, falta de ética e de humanidade, desejo de posse e desrespeito pela terra e pela alteridade – eis o efeito de ações atroz que carregam consigo a miséria e a morte.

“Contrabandista”, de Simões Lopes Neto, consiste no conto em que reaparecem os efeitos das fronteiras e do patrulhamento do poder.

O protagonista é Jango Jorge, “capitão duma maloca de contrabandistas que fez cancha nos banhados do Ibirocaí” (Lopes Neto, 1949c, p. 205), região situada nas proximidades de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Levou a vida “a cruzar os campos da fronteira” (Lopes Neto, 1949c, p. 205), nunca errando os caminhos. Participara “das guerras do outro tempo” (Lopes Neto, 1949c, p. 205), tendo lutado na batalha do Passo do Rosário, quando forças brasileiras e argentinas disputaram o domínio da Província Cisplatina.

A trama passa-se por ocasião do matrimônio da filha, cujo enxoval será buscado do outro lado da fronteira por seu pai. A iniciativa de Jango Jorge leva Blau Nunes, aqui narrador e também testemunha dos acontecimentos, a explicar que o contrabando era uma prática que remontava ao tempo de “antes da tomada das Missões” (Lopes Neto, 1949c, p. 207), à época dos espanhóis. Facilmente a Banda Oriental era invadida, já que os postos de controle restringiam-se às regiões de Cerro

Largo, da Fortaleza de Santa Tecla e das coxilhas do Haedo: “o mais, era várzea!” (Lopes Neto, 1949c, p. 207). Blau relembra os acontecimentos posteriores à guerra missioneira, chamando a atenção para a falta de fiscalização nas fronteiras.

A situação de “polícia pouca, fronteira aberta, direitos de levar couro e cabelo e nas coletarias umas papeladas cheias de benzeduras e rabioscas...” (Lopes Neto, 1949c, p. 209) estende-se até a guerra com o Paraguai.

É diante deste pano de fundo que Jango Jorge busca o enxoval da filha. Só que, desta vez, “a guarda nos deu em cima... tomou os cargueiros...” (Lopes Neto, 1949c, p. 211), como relata um dos parceiros do contrabandista, que reage, recuperando o pacote e amarrando-o ao corpo, sendo, contudo, alvejado. Os comparsas conseguem resgatá-lo, mas, quando chegam à fazenda, o embrulho tinha-se convertido “numa plastada de sangue... tudo manchado de vermelho, toda a alvura daquelas cousas bonitas como que bordada de cobrado, num padrão esquisito, de feitios estrambólicos... como flores de cardo solferim esmagadas a casco de bagual!...” (Lopes Neto, 1949c, p. 211).

O destino do contrabandista é sintoma da nova ordem: as fronteiras precisam ser respeitadas, e as leis, cumpridas. Os elos mais fracos das correntes, contraventores como Jango Jorge, ou não, como as irmãs, aniquiladas, deixam apenas um rastro de morte e desespero. A festa interrompida, no silêncio que vai “fechando todas as bocas e abrindo todos os olhos” (Lopes Neto, 1949c, p. 211), é o marco de um tempo em que a autoridade dos proprietários, dos políticos e dos poderosos se sobrepõe à felicidade dos que experimentam a existência do “entrelugar”, desprovidos de identidade nacional, apátridas sem destino.

“A viúva de Quinteros” é o último dos três contos que tematizam as guerras que assolaram a região lindeira entre o Brasil e o Uruguai. A narrativa é linear, apresentando a situação de uma mulher anônima cujos marido e filho são mortos em Quinteros. Desde então encerra-se em sua casa, onde morre de fome e desespero.

A partir deste ponto, a narrativa assume contornos sobrenaturais, pois a viúva é encontrada em vários locais em que há mortes decorrentes de guerras e confrontos militares. Em um desses episódios, ela aparece em meio à celebração do triunfo de Venâncio Flores e Gregório Suárez (1813-1879), vencedores da prolongada Guerra Civil, a Grande Guerra, que se estendeu de 1839 a 1851:

Quando Flores entrou triunfante em Montevideu, Goyo Suárez estava com ele. Era dia de festa e de alegria, a cidade apinhada de gente e soldados. Mas, diante dos chefes engalanados, uma mulher de preto, uma mulher com muita raiva tomou nas mãos a bandeira imperial e a queimou em plena rua. (Schlee, 1983c, p. 87).

A viúva sintetiza as vítimas das guerras entre generais e grandes proprietários. Por isso, o narrador assume a primeira pessoa e deixa expandir sua imaginação:

Imagino a viúva, a viúva de Quinteros, desvairada, perdida por onde tenha andado. Vejo-a sem rumo, aqui e ali, vivendo de esmolas, mas agressiva, se descoberta pela caridade dos outros. Vejo-a cega, sem distinguir entre os da divisa branca e os da colorada, sem saber mais nada, sem nunca ter sabido por que mataram seu marido e seu filho, por que tinha saído campo a fora, com a tesoura de esquilar e o lenço vermelho. (Schlee, 1983c, p. 88-89).

O confronto de Quinteros, ponto de partida do conto, resultou de um cisma entre os partidos colorado e *blanco* que se revezavam no controle do estado uruguaio. Nos anos 1850, os líderes dos dois grupos buscaram uma conciliação, mas, em 1858, um grupo dissidente, vinculado ao Partido Colorado, rompeu o acordo. A revolta, liderada por César Díaz (1812-1858), não foi bem-sucedida, sendo seus apoiadores sumariamente executados. Conhecido como Massacre de Quinteros, o episódio somou centenas de mortes de civis, incluindo os que não sobreviveram por efeito da fome e de doenças.

Na perspectiva do conto, o fato histórico corresponde ao final de uma trajetória. Por isso, as frases finais destacam o fechamento de um ciclo iniciado quando os primeiros homens do campo se espalharam pelo território:

Desde [18]67 se aterroriza o gado xucro e se incendiavam os pastos secos, cortavam-se os alambrados e ultrapassavam-se as canhadas na voragem de fumaça e fogo das locomotivas. Nas diligências e carretas, nas postas e pulperias, ficavam os últimos descendentes dos homens que haviam dominado a campanha com seus cavalos gordos e sem chuços com lâmina de esquiladeira. Nos ranchos abafados chorava-se o fim de toda a esperança. (Schlee, 1983c, p. 89).

A viúva de Quinteros, ensandecida pela perda imotivada de seu marido e filho, que haviam saído para trabalhar no campo e foram tolhidos pelo exército vingador de Venâncio Flores, simboliza o Sul devastado pela guerra, a violência, a luta pelo poder dos grupos pertencentes às classes dominantes. A região, outrora sem dono e una, mostra-se, ao final do percurso, uma terra retalhada, empobrecida e desprovida de esperança.

Uma terra que, narrada pela literatura, encontra sua expressão no Regionalismo. Mas que, não poucas vezes, descreve seu objeto desde a ótica da fragmentação, reiterando as segmentações geográficas resultantes dos acordos políticos.

Regionalismo ao Sul

Em 1989, Aldyr Schlee publicou o artigo “Simões Lopes Neto e a literatura dos povos platinos”. Em rodapé, documenta a trajetória do texto, apresentado originalmente em colóquio sobre o Regionalismo, realizado em 1986, na Fundação Casa de José Américo, de João Pessoa. Relembra o título original de sua fala, “A literatura gaúcha rio-grandense mas uruguaia e argentina”, e esclarece que considera o trabalho resultante antes um “depoimento de um autor interessado na busca de suas próprias raízes” (Schlee, 1989, p. 77) que uma exposição acadêmica. Em 1986, ano do pronunciamento oral na Paraíba, Aldyr Schlee era já contista de prestígio, tendo recebido o Prêmio Bienal Nestlé de Literatura Brasileira em 1983 e em 1984 com os livros *Contos de sempre* (1983) e *Uma terra só* (1984).

Coerente com o gênero de discurso escolhido, o texto abre em primeira pessoa, com o autor identificando-se como “fronteiriço de nascimento”, cuja vivência deu-se “praticamente sobre a linha limítrofe entre o Brasil e o Uruguai”, um brasileiro “que – por mais longe que tenha ido e andado – ainda vive em torno de Jaguarão e às voltas com o Uruguai”. Eis por que jamais poderia “aceitar nosso regionalismo sob uma perspectiva balizada por limitações vernáculas e territoriais” (Schlee, 1989, p. 77).

Desde este “lugar de fala”, desenvolve sua argumentação: “para um tipo assim”, como se apresenta, “nosso regionalismo se impõe necessariamente por cima das divisas dos países e apesar das línguas diferentes, desconhecendo barreiras e reproduzindo a imagem aberta das imensas planuras e dos campos sem fronteira da região pampeana” (Schlee, 1989, p. 77).

Para qualificar o material literário que corresponde ao conceito proposto, recorre à expressão “regionalismo gaúcho”, e explica: “proponho que não confundamos regionalismo gaúcho com regionalismo rio-grandense ou com regionalismo gauchesco” (Schlee, 1989, p. 77). É essa literatura gaúcha que, a seu ver, deveria ser pensada com mais seriedade e rigor, “apesar e por causa do seu acento regional, além das barreiras que a língua portuguesa nos impõe e por cima dos limites que as fronteiras geográficas determinam” (Schlee, 1989, p. 78).

A por ele chamada literatura gaúcha “é antes de tudo uruguaia, além de ser também argentina e um pouco nossa, brasileira” (Schlee, 1989, p. 78). Por isso, não entende “como continuar insistindo nas vertentes historiográficas ou folclóricas do regionalismo gaúcho na ignorância dos povos latinos”. Complementa:

somente através do reconhecimento de nossa identidade regional e de cuidadosa retomada do estudo dos autores rio-grandenses face ao que se produziu e produz na literatura uruguaia e argentina, poderemos aprofundar a busca das raízes desse regionalismo. (Schlee, 1989, p. 78-79).

A tomada de posição leva-o a reivindicar que a obra de João Simões Lopes Neto, celebrado como um dos melhores representantes do Regionalismo anterior ao Modernismo, seja “cotejada com a dos maiores expoentes do conto ‘criollo’ platino” (Schlee, 1989, p. 79). Estabelecida a “relação entre a nossa literatura regional gaúcha e a literatura regional gaúcha dos povos do Prata”, emergiria a “resposta às perguntas de Alfredo Bosi sobre a explicação da modernidade do regionalismo simoneano” (Schlee, 1989, p. 79). Segundo Schlee, não é na prosa contemporânea, a da Belle Époque nacional, dominada por Coelho Neto (1864-1934), que se encontraria o caminho para esclarecer os estudiosos da história da literatura nacional, e sim “abri[ndo] os olhos e mira[ndo] em volta, para perceber que os brasileiros não estamos sós, quando se trata de literatura gaúcha; para perceber que temos logo ali na Argentina, e aqui ao lado, no Uruguai, a autêntica literatura gaúcha” (Schlee, 1989, p. 80). Propõe então: “sem conhecer bem essa literatura, não sabemos muito ou nada sobre o regionalismo gaúcho” (Schlee, 1989, p. 80). É o que o leva a traçar um panorama da produção uruguaia e argentina de fundo regionalista e de profundo sentido libertário e contestador, trajetória que tem seu ponto alto no *Martin Fierro*, de José Hernández (1834-1886).

Segundo Schlee, Simões Lopes, “um devorador de livros”, não poderia desconhecer essa tradição, muito menos ignorar o *Martin Fierro*: “se pode ter uma certeza: na época de João Simões Lopes Neto, o difícil não era conhecer o *Martin Fierro*, mas ignorá-lo” (Schlee, 1989, p. 84). A tarefa a que se propõe é verificar o que “teve par tanto no Uruguai como na Argentina” (SCHLEE, 1989, p. 84). Para alcançar este objetivo, rastreia o que vinha sendo produzido no começo do século na Argentina e no Uruguai, destacando particularmente os autores que cruzaram as fronteiras em decorrência dos enteveros políticos e militares do período.

A identificação das parcerias literárias de Simões Lopes permite que se compreenda, “sob um novo ângulo, de forma mais ampla e talvez aprofundada”, a emergência do “fenômeno” que ele foi enquanto autor. Faculta ainda “que se reveja toda a questão do nosso regionalismo ante uma realidade literária até então ignorada” (Schlee, 1989, p. 87). Como um bônus, “a busca das raízes simoneanas permitirá a redescoberta de nossas próprias raízes, no encontro de escritores que souberam seguir-lhe os passos, na superação do gauchesco e do gauchismo” (Schlee, 1989, p. 87).

O parágrafo com que Aldyr Schlee encerra seu depoimento traduz suas expectativas de transformação – política e literária – não só da perspectiva com que o Regionalismo gaúcho pode ser compreendido e interpretado, mas também das chances de entendimento de nossos vínculos identitários com o Sul da América, para além das fronteiras territoriais e linguísticas:

A obra desses autores de língua espanhola, quase todos completamente desconhecidos no Brasil, afirma definitivamente o valor do regionalismo gaúcho, colocado por cima da melancolia pastoril, afastado da nostalgia

passadista do paraíso perdido e sustentado na superação de suas próprias dificuldades – de modo a nos revelar – *sencillamente* – que gaúchos somos todos os ligados por seus temas e que é gaúcha e nossa toda a sua literatura. (Schlee, 1989, p. 87).

Um regionalismo só

O conceito de Regionalismo no papel de paradigma para definir uma tendência da literatura brasileira esboça-se primeiramente com José Veríssimo (1857-1916), no começo do século XX. Mas as obras de ficção que o representariam aparecem nos anos 1870, sendo a primogenitura disputada entre Bernardo Guimarães (1825-1884), autor de *O ermitão de Muquém*, de 1869, e José de Alencar (1829-1877), autor de *O gaúcho*, de 1870. Os dois ficcionistas não se limitaram a esses romances, cuja ação transcorre em ambiente rural: Guimarães lançou, em 1872, *O garimpeiro*, e José de Alencar, *O tronco do ipê* (1871), *Til* (1871) e *O sertanejo* (1875), esta sendo a criação que, com mais propriedade, parece traduzir, ao lado de *O gaúcho*, a inclinação regionalista então adotada pelo escritor.

É, contudo, a Franklin Távora (1842-1888) que se atribui a principal reivindicação em prol de uma literatura que, com autenticidade, expressasse o universo de personagens situadas em regiões até então ignoradas por ficcionistas radicados na corte. Em *Cartas a Cincinato* (Távora, 1872), redige extensa crítica a *O gaúcho*, de José de Alencar; e, em *O Cabeleira*, de 1876, romance que se segue à experiência indianista de *Os índios do Jaguaribe* (1862) e à novela urbana *Um casamento no arrabalde* (1869), procura concretizar a poética que, a seu ver, não é efetivada por José de Alencar.

É na abertura de *O Cabeleira* que Távora chama a atenção para a peculiaridade do Norte do Brasil, a seu ver, “ainda não [...] invadido como está sendo o Sul de dia em dia pelo estrangeiro” (Távora, 1876, p. 12):

A feição primitiva, unicamente modificada pela cultura que as raças, as índoles, e os costumes recebem dos tempos ou do progresso, pode-se afirmar que ainda se conserva ali em sua pureza, em sua genuína expressão. (Távora, 1876, p. 12).

Desde essa perspectiva, conclama:

Têm os escritores do Norte que verdadeiramente estimam seu torrão o dever de levantar ainda com luta e esforços os nobres foros dessa grande região, exumar seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia máscula, nova, vívida e louçã tão ignorada no próprio templo onde se sagram as reputações, assim literárias, como políticas, que se enviam às províncias. (Távora, 1876, p. 13).

Com *O Cabeleira*, Távora busca responder à própria exigência, fazendo-o desde a folha de rosto, que ostenta, antes do título, “Literatura do Norte – Primeiro Livro”. Contudo, o escritor não deu sequência à

ficção voltada a representações de tipo regionais, como foi o cangaceiro que protagonizou aquele romance. Preferiu retomar o romance histórico, com *O matuto* (1878) e *Lourenço* (1878), que se passam em Recife e Olinda à época da chamada Guerra dos Mascates, episódio também apropriado pelo romance alencariano de 1871, movimento de teor separatista que teve seus desdobramentos na Revolução Pernambucana, de 1817, e na Confederação do Equador, de 1824.

De certo modo, a proposta de Távora tinha um componente premonitório, pois, até então, não predominava a noção de que o território nacional poderia ser recortado em regiões geograficamente definidas. Rafael José dos Santos observa que “o princípio de divisões por regiões” remonta a 1869, datando de 1889 o capítulo que André Rebouças redigiu para a obra *Lé Brésil em 1889*, quando propõe o critério de “zonas agrícolas” para subdividir o espaço do país (Santos, 2012, p. 77). Completa ele: “as tentativas de divisão regional do país até 1889 [...] tinham inspirações bastante diversas e ainda estavam longe de constituir um imaginário regional do país” (Santos, 2012, p. 78)

Independentemente, porém, da convocação de Távora, romances transcorridos em espaços rurais, protagonizados por figuras características daqueles lugares, começaram a aparecer.

De certo modo, *Inocência* (1872), do Visconde de Taunay (1843-1899), usualmente colocado junto aos romances de Alencar e da narrativa de Távora, talvez seja apenas um caso singular, já que o autor disseminou sua obra entre diferentes gêneros e discursos literários, podendo pertencer à linhagem daquele livro tão só a novela “Juca, o tropeiro”, das *Histórias brasileiras*, de 1874 (Gil, 2023).

É a partir dos anos 1880, intensificando-se no início do século XX, que avulta a produção mais propriamente afinada ao que, desde então, passou a denominar-se Regionalismo. Há, assim, o grupo de narrativas da seca [*Os retirantes* (1879), de José do Patrocínio (1853-1905); *A fome*, de 1890, de Rodolfo Teófilo (1853-1932); *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio (1851-1906)], do sertão [*Sertão*, de 1896, de Coelho Neto; *Pelo sertão* (1898), de Afonso Arinos (1868-1916); *Os sertões* (1902), Euclides da Cunha (1866-1909)], do mundo das estâncias sulinas [*Recordações gaúchas* (1905), de Luis Araújo Filho (1845-1918); *Cancioneiro guasca* (1910), de João Simões Lopes Neto; *Ruínas vivas* (1910), de Alcides Maya (1878-1944); *Contos gauchescos* (1912), de João Simões Lopes Neto], dos tropeiros [*Tropas e boiadas* (1917), de Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921)], dos caipiras e caboclos [*Urupês* (1918), de Monteiro Lobato (1882-1948); *Os caboclos* (1920), de Valdomiro Silveira (1873-1941); *Vida ociosa* (1920), de Godofredo Rangel (1884-1951)].

A melhor imagem para essa produção que se estende até a alvorada da Semana de Arte Moderna é a da “colcha de retalhos”, retratada alegoricamente em conto assim intitulado de *Urupês* (Lobato, 2020, p. 37).

O crescente número de narrativas abarcadas pelo Regionalismo indicava a tendência a expressar um Brasil plural. Mas não um país

multicultural, porque cada região mostrava-se como uma mônada, sem interlocução com seus pares literários, nem incorporação de contrastes e culturas identificáveis em cada um dos polos locais.

Assim, o Regionalismo revelava, pelo avesso, a fragmentação da unidade nacional – e seu anacronismo, haja vista a representação de um mundo de costas para a modernidade e seu espaço preferencial, a cidade. Mas não estava descolado da história, pois as décadas em que vicejou, seduzindo inclusive ficcionistas comprometidos com o romance urbano, como Coelho Neto, correspondeu à época do Federalismo e do poder incontestado dos coronéis, chefetes locais que pautavam a política brasileira.

O projeto modernista, avesso às repartições localistas, não chegou a deter a onda regionalista, que pode ter recuado nos anos 1920, mas que retornou com força renovada ainda naquela década, com os romances nordestinos de José Américo de Almeida (1887-1980), Graciliano Ramos (1892-1953), Rachel de Queirós (1910-2003) e José Lins do Rego (1901-1957), das fazendas de cacau de Adonias Filho (1915-1990) e Jorge Amado (1912-2001), do sertão de Guimarães Rosa (1908-1967) e Mário Palmério (1916-1996), da decadência das estâncias no Sul, com Erico Verissimo (1905-1975).

O arco temporal no interior do qual essa ficção apareceu estende-se da revolução de 1930 ao pós-guerra, detida tão somente pelo desenvolvimentismo advogado pela gestão de Juscelino Kubitschek (1902-1976) na presidência, entre 1956 e 1961, que concretizou as aspirações à conquista do Oeste, vasta porção do território nacional à primeira vista, naqueles tempos, não suficientemente povoada. A construção de Brasília, a nova e flamante capital, inaugurada em 1960, altera profundamente a concepção brasileira sobre o espaço nacional, com consequências nas criações artísticas e literárias.

Talvez tenha sido o novo contexto econômico e político que tenha suscitado a busca de projetos de suturas que não tenham a nacionalidade como norte, já que propostas dessa natureza tinham recentemente mergulhado o Ocidente no fascismo e no nazismo. Relevante foi a “descoberta” da América por nossos estudiosos. Não que, até então, o continente fosse ignorado por nossos intelectuais. Em meados de 1880, o mesmo Franklin Távora, que pleiteara a autonomia da Literatura do Norte, liderou iniciativas no sentido de aproximar os escritores brasileiros e argentinos, visando o conhecimento de suas respectivas obras, como expõe em pronunciamento, reproduzido pelo biógrafo Cláudio Aguiar, lido por ocasião de evento festivo dedicado a Ernesto Quesada (1858-1934), diretor da *Nueva Revista de Buenos Aires*:

Este propósito é o da confraternização literária, isto é, relacionar-se mais ou menos intimamente pelos conhecimentos dos homens de letras e suas produções entre dois países latino-americanos – Brasil e Argentina – que o isolamento intelectual separa quando ainda até geograficamente se confundem em suas fronteiras. (Aguiar, 2005, p. 432).

Data desse período a publicação, em Buenos Aires, do livro de Eduardo Perié (?-?), *A literatura brasileira dos tempos coloniais do século XVI ao começo do XIX*. Contudo, essas são iniciativas cujas repercussões não foram profundas, agudizando a fragmentação cultural do continente latino-americano.

Nos anos 1960, pelo contrário, ficcionistas do porte do colombiano Gabriel García Márquez (1927-2014), responsável pelo muito bem-sucedido *Cem anos de solidão* (1967), do peruano Mario Vargas Llosa (1936), autor de *A casa verde* (1966), do mexicano Juan Rulfo (1917-2001), de *Pedro Páramo* (1955) e *El llano em llamas* (1953), do cubano Alejo Carpentier (1904-1980), com *O século de las luzes* (1962) e *O reino deste mundo* (1949), não esquecendo os renomados argentinos Jorge Luís Borges (1899-1986) e Julio Cortázar (1914-1984), conquistaram leitores brasileiros, traduzindo em termos nacionais o *boom* latino-americano e a poética do Realismo Mágico.

Se esses autores tinham suas próprias nacionalidades e respondiam a questões da sociedade em que viviam, eles apresentavam igualmente alguns pontos em comum, justificando um esforço de costurá-los em uma nova unidade.

É lícito atribuir a Antonio Candido (1918-2017) uma primeira e importante iniciativa no sentido de garantir a afinidade entre as literaturas continentais expressas em português e em castelhano. A primogenitura justifica-se diante da circunstância de que o ensaio “Literatura e subdesenvolvimento” nasce no bojo de um projeto coletivo de reflexão sobre a ficção latino-americana, tendo entre seus líderes o uruguaio Angel Rama (1926-1983).

“Literatura e subdesenvolvimento” teria sido redigido ao final dos anos 1960 para publicação, em francês, no periódico *Cahiers d'Histoire Mondiale* (Lima, 2020, p. 41). Em 1972, em versão para o espanhol, o ensaio foi incluído na coletânea *América Latina em su literatura* (Moreno, 1972), publicada pela mexicana Siglo XXI, em parceria com a Unesco. No ano seguinte, foi divulgado em português, passando subsequentemente a figurar em livros autorais de Antonio Candido.

Embora o título não utilize o termo, o ensaio tem como foco o Regionalismo e os rumos que tomou desde as primeiras manifestações, localizada nos anos 1870 aproximadamente, expressões pioneiras que, anos antes, tinham sido objeto de análise por Candido em capítulos da *Formação da literatura brasileira*, de 1959. Nesta obra, em que elege um recorte em torno de 100 anos, entre a segunda metade do século XVIII e o final da década de 1870, o Regionalismo comparece explicitamente no subcapítulo “O Regionalismo como programa e critério estético: Franklin Távora” (Candido, 2023, p. 628). O capítulo que o inclui denomina-se “A corte e a província” (Candido, 2023, p. 623), abordando a ficção de Távora e Taunay. Bernardo Guimarães não está inserido a esse grupo, tendo merecido subcapítulo específico no capítulo “O triunfo do romance” (Candido, 2023, p. 539), dedicado também a Manuel Antônio de Almeida e José de Alencar.

Em “Literatura e subdesenvolvimento”, Candido parte, não da periodologia estabelecida pela história da literatura, e sim por um critério sociológico extraído do diplomata e pensador Mário Vieira de Mello (1912 -2006): a distinção conceitual entre “país novo” (Candido, 1987, p. 140) que definiria a situação nacional até os anos 1930, e a de “país subdesenvolvido” (Candido, 1987, p. 140), vigente desde então. Para o crítico, as produções nascidas à época do Romantismo e depois, estariam submetidas à noção de “país novo”, destinado a um futuro glorioso, a não ser que instituições ou determinadas circunstâncias impedissem a concretização deste destino. A “consciência de país novo”, ou “consciência amena do atraso” (Candido, 1987, p. 142), expressões cunhadas por Candido, encobre vasta produção literária, já que se estende até as primeiras décadas do Modernismo. Sucede-a a “consciência do subdesenvolvimento” (Candido, 1987, p. 142), quando o país parece dar-se conta de suas inúmeras deficiências. A ficção regionalista, emergente nos anos 1930, traduz, a seu ver, a percepção das desigualdades em distintos espaços do território, afastando o véu das ilusões românticas.

Comum à produção literária destes recortes – mentais e históricos, talvez se possa dizer – é o fato de que impera a dependência a “formas importadas” (Candido, 1987, p. 151), que se estendem desde o inevitável emprego da língua do colonizador até as tentativas de emular processos artísticos originários no Hemisfério Norte. Reconhece ser impossível a “supressão de contatos e influências” (Candido, 1987, p. 154), mas entende o momento cultural como o tempo em que dominam a “integração transnacional, pois o que era imitação vai cada vez mais virando assimilação recíproca” (Candido, 1987, p. 155). Destaca então o amadurecimento da “consciência do subdesenvolvimento” na direção de uma terceira fase, que denomina de “superregionalismo” (Candido, 1987, p. 161), identificável não apenas no Brasil, mas também na produção hispano-americana, representado por Guimarães Rosa, no caso nacional, e por José Maria Arguedas (1911-1969), Juan Rulfo, Vargas Llosa e García Marques entre os hispânicos.

O superregionalismo tem como corolário a “consciência dilacerada do subdesenvolvimento” (Candido, 1987, p. 162), caracterizando-se seus produtos pelo “refinamento técnico”, quando “as regiões se transfiguram”, “seus contornos humanos se subvertem” e – o que parece mais importante – “os traços antes pitorescos” se desencarnam e adquirem universidade” (Candido, 1987, p. 161).

Ao estabelecer a tipologia histórica que desenha o percurso das manifestações regionalistas desde o século XIX, Candido vale-se um conceito que, nos anos 1970, começava a ser questionado – o desenvolvimento ou subdesenvolvimento, para caracterizar os estágios do progresso ou não das sociedades nacionais. A teoria da dependência tomava seu lugar, noção que talvez fosse mais proveitosa, já que pressupunha a perspectiva de interrelação que o crítico identifica nos processos de intercâmbio entre a cultura dominante e a dominada.

Vale-se igualmente de uma teoria da história com traços evolucionistas: à consciência amena do atraso, sucede a consciência do subdesenvolvimento, superada a seu tempo pela consciência dilacerada do subdesenvolvimento, uma espécie de síntese entre as anteriores, pois não é tão otimista quanto a primeira, nem tão depressiva quanto a segunda. A visão progressiva da história, herança provável do Marxismo, assinala também a organização da *Formação da literatura brasileira*, segundo a qual o presente é invariavelmente melhor que o passado. Tal teoria foi bastante útil para os distintos modernismos, que se apresentavam como o ponto mais elevado de um trajeto de natureza ascensional.

Em decorrência desse modelo de entender a história, o passado serve apenas para demonstrar a superioridade do presente, este coincidindo com a situação atual do artista ou do intelectual que o formula. Guimarães Rosa é a linha de chegada, sendo os escritores que o antecederam degraus que conduzem àquele lugar, mas que não se confundem com ele.

A sutura articulada por Antonio Candido rompe com o isolacionismo com que o Regionalismo brasileiro vinha sendo interpretado; contudo, não ultrapassa a territorialidade com que originalmente foi avaliado. Conforme a interpretação proposta, João Simões Lopes Neto ou Graciliano Ramos só poderiam ser compreendidos em relação a si mesmos ou a seus contemporâneos brasileiros, porque, supostamente, não encontram equivalência entre autores de suas respectivas épocas fora do Brasil ou, no caso de autor gaúcho, fora de seu espaço original. Não seria o caso de Guimarães Rosa que, em *Grande sertão: veredas*, se alinharia ao vanguardismo narrativo de Vargas Llosa e ao realismo mágico de García Marques.

É certo que a proposta de Candido aponta para um comparatismo ao Sul – porém, só em parte. Porque, ao privilegiar o presente, perde de vista as interrelações verificáveis em outros tempos; e porque, ao escolher os valores estéticos para medir o experimentalismo dos autores identificados em seu ensaio, bem como para identificar a possível universalidade das figuras humanas criadas, vale-se de paradigmas formulados ao norte da linha do Equador.

Nessa medida, outro metro precisaria ser buscado, coincidindo provavelmente com o que Angel Rama antecipa em seus estudos. Uma das medidas propostas é a adoção do conceito de “comarca”, critério segundo o qual “os elementos étnicos, a natureza, as formas espontâneas da sociabilidade, as tradições da cultura popular, convergem em semelhantes formas de criação literária” (Rama, 2019, p. 114, tradução nossa). É sob este signo que procura suplantar a “balcanização política da América Latina por obra dos imperialismos, das oligarquias locais e as falsas estruturas administrativas da colonização, com a qual se criaram precárias e, muitas vezes, arbitrárias estruturas pseudonacionais” (Rama, 2019, p. 114, tradução nossa).

Uma delas é a “comarca pampeana”, “associando vastos territórios argentinos, o Uruguai e o Rio Grande do Sul, onde foi gerado o ‘gaúcho’ com sua característica cosmovisão e literatura” (RAMA, 2019, p. 115, tradução nossa). Em direção similar caminha o entendimento de Aldyr Schlee em sua prática narrativa e em sua interpretação da literatura gaúcha. Originários os dois intelectuais do mundo pampeano, souberam transpor a experiência existencial e linguística para o plano criativo e crítico, concretizando um Comparatismo sem fronteiras, alinhado ao território mais ao Sul da América, talvez o mais Sul de todos.

Referências

AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. Rio de Janeiro: ABL, 2005. 522 p.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos (1750-1880)*. São Paulo: Todavia, 2023. 794p.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 140-162.

GIL, Fernando Cerisara. *Pelo prisma rural: ensaios de literatura brasileira*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2023. 304p.

LIMA, Gabriel dos Santos. A teoria desenvolvimentista do “super-regionalismo” em Antonio Candido e o caso Arguedas. *Criação & Crítica*, n. 26, p. 40-54, jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/165053>. Acesso em: 16 fev. 2025.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Editora Unesp, 2020. 164p.

LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e Lendas do Sul*. Edição crítica. Porto Alegre: Globo, 1949a. 438p.

LOPES NETO, João Simões. Correr eguada. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e Lendas do Sul*. Edição crítica. Porto Alegre: Globo, 1949b. p. 163-167.

LOPES NETO, João Simões. Contrabandista. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e Lendas do Sul*. Edição crítica. Porto Alegre: Globo, 1949c. p. 205-211.

MORENO, César Fernández. *América Latina em su literatura*. Cidade do México: Siglo XXI; Paris: UNESCO, 1972. 494p.

RAMA, Angel. Diez problemas para el novelista latinoamericano. In: RAMA, Angel. *La novela em América Latina. Panoramas 1920-1980*. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019. [e-book].

SANTOS, Rafael José dos. A "ânsia topográfica": geografia, literatura e região no século XIX. *Brasil Brazil*. Porto Alegre, v. 25, n. 45, p. 72-92, 2012.

SCHLEE, Aldyr Garcia. Don Sejanos. In: SCHLEE, Aldyr Garcia. *Contos de sempre*. São Paulo: LR Editores, 1983a. p. 39-48.

SCHLEE, Aldyr Garcia. Como uma parábola. In: SCHLEE, Aldyr Garcia. *Contos de sempre*. São Paulo: LR Editores Ltda, 1983b. p. 49-66.

SCHLEE, Aldyr Garcia. A viúva de Quinteros. In: SCHLEE, Aldyr Garcia. *Contos de sempre*. São Paulo: LR Editores Ltda, 1983c. p. 77-89.

SCHLEE, Aldyr Garcia. Simões Lopes Neto e a literatura dos povos latinos. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 77-88, setembro de 1989.

TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinnato*. Estudos críticos de Semprônio. 2. ed. Paris: Aillaud, Guillard e Cia., 1872. 324p.

TÁVORA, Franklin. *O Cabelleira*. História pernambucana. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. 318p.

VERISSIMO, Erico. *Solo de clarineta*. Memórias. Porto Alegre: Globo, 1974. v. 1. 350p.

"Without a portresses": Nothing more South-South than the South of America

Abstract:

Aldyr Garcia Schlee, in a 1989 article, put forward the thesis that the fictional production originating in Uruguay, Argentina and Rio Grande do Sul can be understood as a unit, proposing that it be called "gaucho literature". This literary material would result from exchanges, intentional or not, between authors working in these regions, going beyond the limits of national and linguistic territorialities. The examination of narratives by Aldyr Garcia Schlee, taken from Contos de sempre, and by João Simões Lopes Neto, belonging to Contos gauchescos, validates the proposal, presenting itself as an alternative to nationalist Regionalism as described by the History of Brazilian Literature since the beginning of the 20th century. The parallel established with Antonio Candido's conception, affirmed in "Literatura e subdesenvolvimento" (Literature and Underdevelopment), makes it possible to understand a South-South comparatism introjected by the literary works of the present and the past.

Keywords: Regionalism; Aldyr Garcia Schlee; Antonio Candido.